# BOLETIM ESTRATÉGICO

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

ANO 2 / Nº 3 / DEZEMBRO 2018

## ❖ EXPANSÃO DA COLETA SELETIVA NO TJAL

Após a conclusão do processo de aquisição dos materiais e equipamentos necessários, está em fase de organização para implantação na Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas - Esmal, Corregedoria Geral da Justiça - CGJ, Fórum da Capital e Fórum de Arapiraca o projeto de expansão da coleta seletiva , aprovado em reunião do Comitê de Gestão Estratégica - CGE, em novembro de 2017 e que funciona desde 2016 no Tribunal de Justiça de Alagoas - TJAL.

Estão sendo indicados interlocutores, definidos locais de instalação dos equipamentos e sendo realizadas sensibilizações e treinamentos dos servidores e das equipes de limpeza de cada local. Na Esmal e Corregedoria a Coleta Seletiva foi iniciada no corrente mês, com visita técnica da equipe do Núcleo Socioambiental do Poder Judiciário e indicação dos interlocutores dos setores.

Já nas unidades localizadas nos Fóruns da Capital e Arapiraca estão sendo indicados os interlocutores, definidos os locais de instalação dos equipamentos e definidas as datas de treinamento e do início efetivo da operação, que deve acontecer nos meses de janeiro e fevereiro de 2019.

### PREMIAÇÃO

Com a expansão da Coleta Seletiva que acontecia apenas na Sede do TJAL a concorrência por premiação e reconhecimento pelo Programa TJ Eco Consciente e Solidário, instituído pela Resolução de nº 23/2017, se tornará mais acirrada, pois praticamente será triplicado o número de servidores e magistrados com acesso ao Programa.

Em 2019, para o indicador da coleta seletiva serão ofertadas um total 36 premiações, sendo 3 para cada mês do período, entre "coleta interna", "materiais recolhidos dentro do Tribunal" e "materiais trazidos de casa pelos servidores e magistrados - coleta externa".

## ❖ ECO REDE DA JUSTIÇA DE ALAGOAS

• Os representantes das áreas ambientais das instituições que compõe a ECO REDE da Justiça de Alagoas, estipularam uma agenda de trabalho para o ano de 2019 focada em diversos temas que visam a união de esforços para a economia de recursos e sustentabilidade.

• Serão ações estruturantes, de troca de informações, capacitações e de elaboração de estratégias para a realização de compras compartilhadas e outras ações conjuntas. Abaixo, são apresentadas as ações priorizadas pela ECO REDE para o ano de 2019:

| Ações priorizadas por tema de atuação |
|---|
| **Ações Transversais** |
| CRIAÇÃO DA LOGOMARCA DA ECO REDE DA JUSTIÇA DE ALAGOAS |
| FEIRAS AGROECOLÓGICAS - SENDO REALIZADAS CADA SEMANA DO MÊS EM UM ÓRGÃO |
| IMPLANTAR AÇÃO CONJUNTA DE DESCARTE DE MEDICAMENTOS |
| CONSOLIDAR ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO CONJUNTA NAS MÍDIAS SOCIAIS |
| **Compras Sustentáveis e Compartilhadas** |
| DEFINIR ESTRATÉGIAS LEGAIS PARA REALIZAÇÃO DE COMPRAS COMPARTILHAS ENTRE OS TRIBUNAIS |
| REALIZAR PRIMEIRA LICITAÇÃO CONJUNTA DA ECOREDE |
| **Logística Integrada de Veículos** |
| ELABORAR ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES CONJUNTAS DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS |
| **Racionalização e Redução de Custos** |
| REALIZAR CAMPANHAS CONJUNTAS DE DIVULGAÇÃO, FOCADAS NA RACIONALIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS |
| **Destinação Adequada de Resíduos** |
| REALIZAR COMPRA COMPARTILHADA DE UMA FRAGMENTADORA SEMI INDUSTRIAL PARA USO COMPARTILHADO |
| **Capacitações na Área de Gestão Sustentável** |
| REALIZAR CAPACITAÇÃO CONJUNTA EM AQUISIÇÕES PARA AS ÁREAS DE LICITAÇÕES E COMPRAS DOS ÓRGÃOS DA JUSTIÇA |
| REALIZAR CAPACITAÇÃO CONJUNTA EM "GESTÃO SOCIOAMBIENTAL" |
| DISSEMINAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIAS SUSTENTÁVEIS NAS CONSTRUÇÕES, MANUTENÇÕES E REFORMAS |
| REALIZAÇÃO DE EVENTO SOBRE NOVAS TECNOLOGIAS E BENCHMARKING ENTRE OS TRIBUNAIS DO ESTADO. |

### Você sabia?

Que dentre as ações priorizadas pela ECO REDE está a disseminação do uso de tecnologias sustentáveis nas construções, manutenções e reformas através da realização de um seminário de troca de experiências, que já foi objeto de 2 reuniões entre os representantes das áreas de engenharia do TJ/AL, TRE/AL, TRT/AL e Justiça Federal (Seccional Alagoas), o que resultou na programação de evento a ser realizado em março de 2019.

## ❖ BANCO DE BOAS PRÁTICAS DO TJAL

No ano de 2018, 4 práticas foram apresentadas por servidores e magistrados, analisadas e deferidas por Avaliadores de Boas Práticas - ABP, passando a integrar o Banco de Boas Práticas do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - BBP. Sendo elas: “pavimentando futuros”, submetida pela Juíza Maria Lucia de Fátima Barbosa Pirauá; “método para evitar a duplicidade da movimentação nos processos”, submetida pela servidora Alane Omena Caldas Costa; “conciliando à distância", submetida pelo Juiz André Gêda Peixoto Melo e apresentada pelo servidor Rafael Santana Lopes; e “controle da efetividade das ações de saúde assistidas pela Defensoria Pública", submetida pelas servidoras Karina Nakai de Carvalho Barros e Samille Monteiro Melo.

Com essas quatro novas práticas, o BBP passa a contar agora com 26 “boas práticas”.

Como forma de reconhecimento, os autores de práticas aprovadas têm o feito anotado em sua ficha funcional, e no caso da prática estar implantada na unidade judiciária ela receberá a pontuação extra mencionada na Aferição Padronizada Juízo Proativo.

Os interessados em enviar práticas para o BBP, devem formalizar a inscrição por meio de Intrajus endereçado à Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário – APMP e aqueles interessados em conhecer o Banco podem acessá-lo no sítio do TJAL, clicando em Gestão Estratégica e, em seguida, Planejamento e Boas Práticas. (Link: http://www.tjal.jus.br/APMP-TJAL/apmp.php?pag=APMPBoasPraticas)

### O que é o Banco de Boas Práticas?

O BBP é o instrumento para registro e divulgação das melhores práticas realizadas no Poder Judiciário do Estado de Alagoas. O objetivo do BBP é incentivar a troca de experiências entre as diversas unidades do Poder Judiciário de Alagoas, a disseminação de boas práticas, a melhoria dos serviços prestados, além de motivar e valorizar os magistrados e servidores. Atualmente o BBP é regulamentado por meio do Ato Normativo nº 106, de 29 de novembro de 2017.

## ❖ COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA - CGE

O Comitê de Gestão Estratégica - CGE do Tribunal de Justiça de Alagoas - TJAL realizou sua 20ª reunião. O encontro teve a condução do Vice-Presidente, Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly e a participação dos membros, representantes e convidados. Foi apresentado pela Juíza Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça - CGJ, Dra. Laila Kerckhoff dos Santos, com o apoio da Divisão de Projetos, a iniciativa sob o título: "ADOÇÕES POSSÍVEIS - PROMOVENDO ENCONTROS".

O projeto, visa fomentar a adoção de crianças a partir de 06 anos de idade, de menores com deficiências físicas e/ou mentais e de grupos de irmãos, por meio da divulgação de fotos, imagens e vídeos.

Posteriormente, o assessor-chefe da APMP, Clóvis Gomes, apresentou a proposta do novo Portal para a Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário - APMP, projeto desenvolvido com o apoio da Diretoria Ajunta de Tecnologia da Informação - DIATI. No momento, foi destacada a importância desse novo canal de comunicação para a disseminação do Planejamento Estratégico em todo o Poder. Na ocasião, foi ainda citado o trabalho de revisão do Plano para o período 2019-2020, contendo as iniciativas e ações que deverão ser executadas, com os indicadores e metas a serem percorridos.

**Saiba que o novo portal da APMP já está no ar por meio do sítio do TJAL, bastando clicar em Gestão Estratégica.**
**(Link: http://www.tjal.jus.br/APMP-TJAL/)**

## ❖ METAS NACIONAIS

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

As Metas Nacionais foram traçadas pela primeira vez em 2009, resultantes de acordo firmado entre os tribunais para o aperfeiçoamento da Justiça brasileira. O grande destaque foi a Meta 2, que teve por objetivo a identificação e o julgamento dos processos judiciais mais antigos, distribuídos aos magistrados até 31.12.2005.

Com a Meta 2, o Poder Judiciário buscou estabelecer a duração razoável do processo na Justiça. Foi o começo de uma luta que contagiou o Poder Judiciário do País a acabar com o estoque de processos causadores de altas taxas de congestionamento nos tribunais.

Tradicionalmente as Metas Nacionais são votadas e aprovadas pelos presidentes dos tribunais no Encontro Nacional do Poder Judiciário - ENPJ, evento organizado pelo CNJ que ocorre anualmente e que reúne a alta administração dos tribunais brasileiros. (Fonte: Conselho Nacional de Justiça - CNJ)

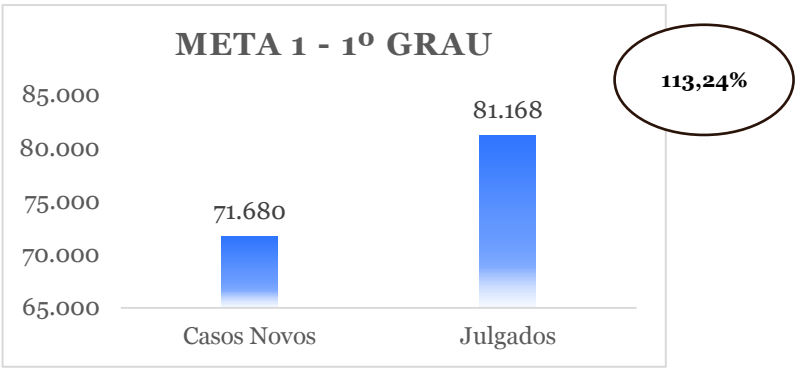
### META 1

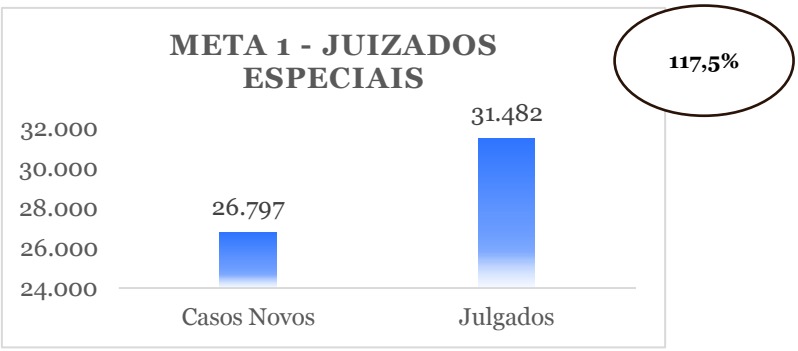
A Meta 1, que compõe as Metas Nacionais do CNJ, se configura pelo julgamento de processos de conhecimento maior do que os distribuídos no ano corrente. A Meta estará cumprida quando o percentual for maior que 100%.

O alcance da Meta no 1º grau está sendo, até o momento, de 113,24%.

Já nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, o percentual de cumprimento vem sendo de 117,5%, isto é, alcançando a Meta.

Vejamos os gráficos ao lado:




### META 2

A Meta 2 se configura pelo julgamento, no 1º grau, de pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 e, nos Juizados Especiais, de pelo menos 90% dos processos, até 31/12/2018.

O alcance da Meta 2, no 1º Grau, está sendo de 73,62% e nos Juizados Especiais está sendo de 94,2% na aferição até novembro de 2018, conforme nos traz o gráfico ao lado.